Roteiro da Indústria Cimenteira para a Neutralidade Carbónica 2050

POLÍTICAS PÚBLICAS ADEQUADAS À DESCARBONIZAÇÃO DO SETOR CIMENTEIRO

O Diretor da SECIL, Alfredo Cardeira, apresentou na Conferência "Cimentar o Futuro", a segunda parte do "Roteiro da Indústria Cimenteira Nacional para a Neutralidade Carbónica em 2050", designada "Políticas Públicas Adequadas à Descarbonização", com base na "Abordagem dos 5C" aplicada ao longo da cadeia de valor do cimento e do betão: Clínquer, Cimento, Betão (Concrete), Construção, e (re)Carbonatação.

Alfredo Cardeira reforçou que o setor cimenteiro está fortemente empenhado em contribuir para as ambições do Pacto Ecológico Europeu, para a circularidade da economia e para um edificado cada vez mais sustentável. Para que seja possível à Indústria Cimenteira nacional atingir o nível de emissões zero ao longo da cadeia de valor do cimento e do betão até 2050, serão necessárias ações de adaptação às novas realidades e compromissos ao nível regulatório e fiscal em áreas chave.

Políticas Públicas relacionadas com o CLÍNQUER

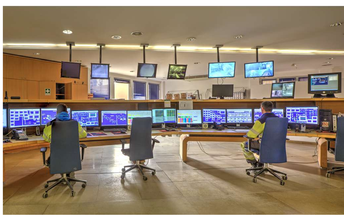
O caminho proposto rumo à neutralidade carbónica do setor cimenteiro implica:

CIMENTAR o futuro

Investimentos de Modernização de Instalações

Os investimentos de modernização de instalações apresentam prazos de retorno especialmente longos. É fundamental a existência de incentivos que permitam um retorno em prazos razoáveis, de forma a não colocar em risco a viabilidade económica dos mesmos. É necessário um quadro legislativo adequado que passe por um enquadramento do novo regime de Auxílios de Estado no contexto do setor, tendo em vista a componente "Descarbonização da Indústria" do Plano de Recuperação e Resiliência.

Acresce à necessidade de um enquadramento legal do Comércio Europeu de Licenças de Emissão previsível até 2030, a manutenção das medidas em vigor relativas à proteção contra "fugas de carbono", ou a sua substituição por outras de efeito semelhante, e é ainda importante garantir um "level playing field" face a países terceiros, assegurado por um mecanismo de ajustamento fronteiriço de carbono que seja compatível com as regras do Comércio Mundial e que coexista com a atribuição de licenças gratuitas até 2030.
.



Substituição de combustíveis fósseis por resíduos e biomassa não recicláveis e consumo de matérias primas secundárias descarbonatadas em substituição matérias primas virgens

As políticas públicas necessárias para que esta substituição seja possível, incluem a revisão taxa gestão de resíduos, com o aumento do respetivo valor, a isenção das operações de coprocessamento de qualquer taxa e a promoção de medidas de incentivo à produção nacional de combustíveis alternativos e matérias primas secundárias (em especial resíduos de construção e demolição), com qualidade e preço competitivo, contribuindo assim para a circularidade da economia.

É fundamental o acesso a fontes de resíduos de biomassa em condições concorrenciais com outros setores. A descarbonização pode ser alavancada pelo objetivo "zero deposição em aterro" destes resíduos não recicláveis e pela valorização de combustíveis alternativos e matérias primas secundárias. No mesmo sentido, importa promover o acesso à utilização de resíduos de construção e demolição e outros resíduos existentes em aterro, que apresentem viabilidade de utilização.

Considerando que a produção nacional de combustíveis alternativos é atualmente insuficiente para o consumo, que vai crescer com a realização de novos investimentos, é necessário recorrer à aquisição dos mesmos junto de outros países da UE.

Desafio Coprocessamento		
Meta	2030	2050
% Utilização Combustíveis Alternativos	60	90
% Biomassa Combustíveis Alternativos	30	60
% Matérias Primas Secundárias Descarbonatadas	3,5	8

Tecnologias disruptivas para captura, uso e armazenamento de CO2 (CCUS) e estrutura integrada nacional para transporte, reutilização e armazenamento do CO2 capturado

É fundamental para se atingir a neutralidade carbónica em 2050 a disponibilidade de fundos de investimento europeus e nacionais que permitam a investigação e desenvolvimento de novas tecnologias à escala de utilização industrial para captura, uso e armazenamento de carbono.

No mesmo sentido, são necessários fundos para proceder ao levantamento dos potenciais emissores e utilizadores de CO2, identificar locais geológicos de armazenamento e interligações necessárias às redes internacionais, bem como desenvolvimento de uma infraestrutura otimizada para utilização destas tecnologias, assim que as mesmas estejam disponíveis.

É essencial um enquadramento da aplicação do regime de Auxílios de Estado em contexto de desenvolvimento da infraestrutura necessária para a descarbonização indústria.

O quadro regulatório para os projetos CCUS de infraestrutura de transporte e armazenamento de CO2, H2, O2, entre outros, deverá seguir a legislação europeia nesse domínio e o uso de CO2 deverá ser reconhecido em termos de contabilização no sistema geral de rastreabilidade do CO2. É também necessária energia renovável a preços acessíveis à Indústria, o que pode passar por incentivos como a isenção de taxas para a sua utilização industrial ou mecanismos de compensação adequados.

Tecnologia CCUS | Captura, uso e armazenamento de carbono

Potencial de redução:
- 0 kgCO2 /t cimento em 2030
- 274 kgCO2/t cimento em 2050

Políticas Públicas relacionadas com o CIMENTO

A produção de cimento tem vindo a tornar-se “mais inteligente”, através de inovações como a produção de cimentos com baixa incorporação de clínquer, o desenvolvimento de ligantes hidráulicos e a melhoria da eficiência energética.

A concretização do Roteiro da Indústria Nacional para a Neutralidade Carbónica em 2050 prevê a redução da incorporação de clínquer de 76% (2017) para 65% em 2030 e 60% em 2050. Pressupõe o incentivo ao desenvolvimento de cimentos e betões de baixo carbono e o acelerar do processo normativo para adoção destes produtos, permitindo a colocação imediata dos mesmos no mercado.

Os concursos públicos, os cadernos de encargos, as compras verdes e as políticas para produtos sustentáveis que estão em desenvolvimento, representam uma oportunidade, no âmbito de um quadro regulatório e fiscal de promoção da utilização dos novos tipos de cimento, com menor pegada de carbono.

Políticas Públicas relacionadas com o BETÃO

O betão é o principal produto final do cimento e, a seguir à água, é o material comum mais utilizado no nosso planeta.

É fundamental a adoção de políticas baseadas no princípio da neutralidade do material e na análise berço a berço. Deve ser utilizada a metodologia do ciclo de vida para encontrar as soluções construtivas com menor pegada carbónica e que levem em consideração a performance do produto, não só durante o seu uso, mas também após a sua vida útil.

Será necessário promover mercados para estes “produtos verdes”, considerando que os mesmos tendem a ser mais caros do que os tradicionalmente produzidos.

Uma estratégia para a construção sustentável deve promover a cooperação entre arquitetos, autoridades locais e engenheiros e promover a formação para o desenvolvimento de projetos energeticamente eficientes, bem como o uso de betão com baixo conteúdo carbónico.

Políticas Públicas relacionadas com a CONSTRUÇÃO

A construção é um dos elementos da cadeia de valor do cimento e do betão. No sentido de atingir a neutralidade carbónica, é fundamental a adoção de uma abordagem circular aos edifícios. As políticas a seguir na escolha dos materiais de construção a utilizar, devem considerar as diferentes propriedades dos mesmos, tais como: durabilidade, reciclabilidade, massa térmica e potencial de (re)carbonação.

No sentido de concretizar o potencial de redução de emissões de CO_2, deve considerar-se todo o ciclo de vida dos edifícios (desde a fase de projeto até à construção e demolição). A inércia térmica do betão permite menores consumos de energia para climatização ao longo da vida útil dos edifícios.

Também a otimização da cadeia de fornecimento e a impressão 3D conduzem à redução das emissões de CO_2 no setor da construção. Acresce que as estruturas em betão podem ser sujeitas a vários ciclos de renovação e que o betão é um material 100% reciclável no seu fim de vida.

Políticas Públicas relacionadas com a (RE)CARBONATAÇÃO

O betão absorve o CO_2 durante o seu tempo de vida, quando as estruturas estão em contacto com a atmosfera.

Na reciclagem no fim de vida útil do material, a absorção poderá ser incrementada nos resíduos de construção e demolição, expondo-os aos gases de exaustão das chaminés dos fornos. Minerais naturais como a olivina e basalto depois de triturados também podem ser recarbonatados pelo mesmo processo.

As políticas devem reconhecer na integra a (re)carbonatação do betão durante o seu ciclo de vida na contabilização de emissões de CO_2, nas metodologias de determinação da pegada carbónica e esta ser certificada como método de remoção de CO_2.

À CONVERSA COM

O painel de debate foi moderado por Ricardo Costa, Diretor de Informação da SIC que começou por referir a dificuldade generalizada do grande público em associar cimento e betão à neutralidade carbónica, sendo o Roteiro uma ferramenta que pode permitir desconstruir esta imagem.

À CONVERSA COM

Substituição de fontes de energia fóssil por combustíveis alternativos

Sofia Santos, fundadora da SystemicSphere e economista especializada em “Sustainable Finance” salientou que a forma de caminhar para a neutralidade carbónica é, tal como o Roteiro da Indústria Cimenteira propõe, através da análise de toda a cadeia de valor e da utilização de fontes de energia o mais renováveis possíveis.

Sofia Santos referiu que no que respeita ao consumo de energia, importa substituir fontes de energia fóssil por resíduos, procedendo à valorização dos mesmos e contribuindo para os objetivos nacionais de redução de resíduos para aterro.

Ao nível do produto, há cimentos produzidos com menores emissões de CO_2 e, com algum investimento em tecnologia, é possível que o betão contribua para uma maior eficiência dos edifícios.

À CONVERSA COM Competitividade e risco de deslocalização

Fernando Santo salientou a perda de produção do setor nos últimos anos. Referiu que o consumo de cimento em Portugal em 2019 foi 30% de 2000. Em 2002 construíram-se em Portugal 125 mil fogos, enquanto o número mínimo atingido em 2017, foram 7 mil. Em 2019 o valor foi de 14 mil fogos. Entretanto, o preço da habitação duplicou e o custo da produção é o dobro do que se verificava há 10 ou 12 anos atrás.

Existe um desajustamento entre o rendimento das famílias e o custo dos bens essenciais e, neste trajeto de vinte anos, o setor da construção foi o mais afetado.

Fernando Santo, Presidente do Conselho Português da Construção e do Imobiliário, alertou para o risco de deslocalização das fábricas e para a ausência de reciprocidade entre as políticas da UE e do exterior, o que torna as metas do Acordo de Paris quase inatingíveis. Portugal e em particular a Indústria de Cimento que é consumidora intensiva de energia, está no pódio dos países que têm a energia mais cara da Europa.

À CONVERSA COM "Level playing field"

Os parceiros da UE têm condições que não existem em Portugal e que os torna mais competitivos, nomeadamente na componente de eletricidade e, por outro lado, toda a indústria de cimento europeia vai ter, em particular numa segunda fase, uma situação penalizadora, em termos de concorrência, face a países de fora da UE que não estão sujeitos ao mesmo nível de exigência. Isso pode levar ao fecho de indústrias na UE e à deslocalização da produção para países onde não há requisitos da mesma natureza.

Luis Fernandes, Presidente do Conselho Executivo da ATIC e CEO da CIMPOR Portugal e Cabo Verde referiu que, mais do que competitividade, importa a existência de um "level playing field", no sentido de todos os atores terem as mesmas condições concorrenciais para atuar no mercado. É importante que a Europa crie mecanismos para o assegurar, não só entre países, mas também entre setores.

A este propósito, Sofia Santos lembrou que a política fiscal pode ajudar na criação de um "level playing field", mas o facto é que não existe uma política fiscal verde em Portugal. O ambiente traz novas oportunidades, novos negócios, novos métodos e novas tecnologias, importa saber concretizar este potencial.

À CONVERSA COM Quadro regulatório, legal e de incentivos fiscais

João Gonçalves Pereira, Deputado à Assembleia da República (Coordenador do Grupo Parlamentar do CDS-PP na CEIOPH e CAEOT) referiu que num contexto em que temos que travar as alterações climáticas, a Indústria terá que inovar e reinventar-se. Esse desafio só será possível de alcançar se existir um quadro regulatório, legal, de incentivos fiscais que permita que a Indústria não perca competitividade face à forte concorrência de outras geografias.

Alcançar os objetivos definidos passa muito pelo que deve ser a flexibilidade normativa. Há uma responsabilidade ao nível das políticas públicas de encontrar essa mesma flexibilidade e ajudar a criar recursos, muitas vezes através de instrumentos de ordem fiscal.

Não é só um compromisso e um objetivo desta indústria, é um objetivo que nos diz respeito a qualquer cidadão deste mundo. Importa apelar à consciência ambiental de todos porque os tempos que aí vêm são de enormes desafios.

EM SUMA

A descarbonização da Indústria do Cimento e do Betão apresenta pré-requisitos importantes. Requer a interação equilibrada entre políticas de clima, de resíduos e de recursos, com efeito nos fluxos de materiais.

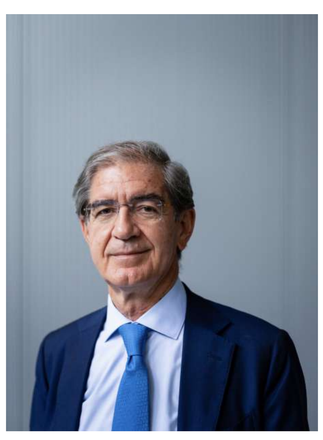
Implica a disponibilidade de grandes quantidades de energia renovável a um preço competitivo, bem como de redes de energia de elevado desempenho e uma abordagem integrada ao desenvolvimento e construção de infraestruturas dimensionadas para as necessidades de energia elétrica e para a estratégia do hidrogénio. Apresenta como elemento chave a captura de carbono em fábricas de cimento e subsequente utilização e armazenamento.

A jusante na cadeia de valor e em consonância com as metas nacionais, importa promover em investimentos públicos futuros a utilização de produtos com menos emissões de CO_2, através por exemplo, dos cadernos de encargos de compras públicas.

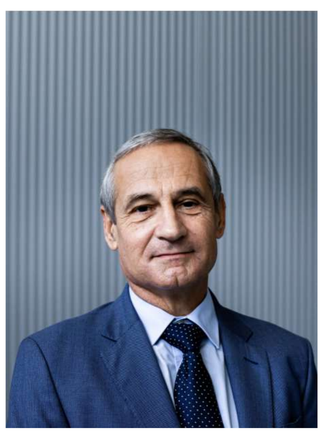
Esta visão global e integrada de políticas públicas, associada ao compromisso e investimento previsto pelo setor ao longo da cadeia de valor do cimento e do betão, permitirá à Indústria Nacional de Cimento atingir o ambicioso objetivo de neutralidade carbónica em 2050 e contribuir para as metas de Portugal e da UE em matéria de clima.

O QUE MAIS DISSERAM OS NOSSOS CONVIDADOS

“Tendo em conta que os edifícios e os transportes são dos dois principais setores onde há mais margem para baixar as emissões de CO2, então há aqui um imenso potencial da utilidade do setor em conseguir contribuir para que os edifícios sejam mais eficientes através da própria matéria prima que é necessário utilizar.” Sofia Santos



“Tem que haver, na minha ótica, uma capacidade de pôr estas políticas coordenadas com um outro conjunto de políticas para que no final o consumidor esteja no centro, na qualidade de vida, na qualidade do ambiente, na qualidade social, aquilo que é no fundo o bem-estar.” Fernando Santo



“Gostava de fazer aqui uma referência ao cenário que se está a ver e que no fundo é o compromisso ou a transmissão de uma mensagem que o verde, ou o ambiente, é compatível com o betão e nós estamos cá hoje para celebrar esse compromisso que a Indústria Cimenteira está a firmar de reduzir as suas emissões de CO2.” Luís Fernandes

“Este Roteiro é um compromisso com o país e esse compromisso com o país só pode acontecer com a conjugação de diferentes vontades. Há uma primeira vontade que é a da Indústria, há uma segunda vontade que tem que ser a do Estado e há uma terceira vontade que tem que ser a da própria UE. E fazer tudo isto sem se perder competitividade.” João Gonçalves Pereira

Assista às intervenções realizadas no evento “Cimentar o Futuro”, disponíveis no n/ vídeo aqui.

Consulte o que dizem os media, bem como toda a informação sobre o Roteiro da Indústria Cimenteira Nacional para a Neutralidade Carbónica 2050, em www.atic.pt e no LinkedIn ATIC Associação Técnica da Indústria de CImento.

CIMENTAR o futuro

Consulte as Newsletters “Cimentar o Futuro” N.º1 e N.º2 em www.atic.pt e não perca a próxima edição.

ORGANIZAÇÃO:

ATIC ASSOCIAÇÃO TÉCNICA DA INDÚSTRIA DE CIMENTO

CIMPOR

SECIL